UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TACIANA FREIRE CHAVES

**EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: BREVE ANÁLISE
INTERNACIONAL E BRASILEIRA**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

TACIANA FREIRE CHAVES

**EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: BREVE ANÁLISE
INTERNACIONAL E BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientador(a): Prof.^a Rafaella Dias Gonçalves

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

TACIANA FREIRE CHAVES

**EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: BREVE ANÁLISE
INTERNACIONAL E BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: ____ / ____ / 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador(a)

Examinador(a)

Examinador(a)

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: BREVE ANÁLISE INTERNACIONAL E BRASILEIRA

Taciana Freire Chaves¹
Rafaella Dias Gonçalves²

RESUMO

A discussão sobre os direitos dos animais é uma tendência do mundo contemporâneo. Com a crise no sistema ambiental, que verbera com maior preocupação nos dias atuais, começou-se a construção de medidas mais enérgicas em defesa da fauna e da flora. Porém, remonta-se na história que grandes filósofos já refletiam sobre a importância do respeito aos animais, enquanto outros defendiam sua utilização como objetos ou seres sem importância, desprovidos de alma, cujo único propósito era servir ao homem. Já no sec. XX, a proclamação pela UNESCO da Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978 foi o grande marco para o surgimento de leis em países de todo o mundo que defendem o bem-estar, a não violência e o combate aos maus-tratos dos animais. No Brasil, após evolução social quanto à concepção de animais de estimação como seres sencientes, foi publicada a lei 14.064/2020 que altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Ainda, tramita no Congresso Nacional projeto de lei (PLC27/2018) que cria o regime jurídico especial para os animais, cujo objeto principal é alterar a Lei 9.605/1998 para que os animais não sejam mais seres considerados bens móveis. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo trazer um brevírio histórico sobre a construção dos Direitos dos Animais no Brasil traçando uma ligeira análise de sua evolução também no plano internacional.

Palavras-chave: Animais. Direito dos animais. Evolução legislativa.

ABSTRACT

The discussion about animal rights is a trend in the contemporary world. With the crisis in the environmental system, which is of particular concern today, the construction of more vigorous measures in defense of fauna and flora began. However, it goes back in history that great philosophers already reflected on the importance of respect for animals, while others defended their use as objects or unimportant beings, devoid of souls, whose sole purpose was to serve man. In the sec. XX, UNESCO's proclamation of the 1978 Universal Declaration of Animal Rights was a major milestone for the emergence of laws in countries around the world that defend the well-being, non-violence and combating animal abuse. In Brazil, after social evolution regarding the conception of pets as sentient beings, Law 14.064 / 2020 was amended, amending Law No. 9,605, of February 12, 1998, to increase the penalties associated with the crime of ill-treatment of animals when dealing with dog or cat. Still, a bill is being passed in the National Congress (PLC27 / 2018) that creates the special legal regime for

¹ Discente do curso de Direito da UNILEÃO. Email: taciana_freire@hotmail.com

² Docente do curso de Direito UNILEÃO. Advogada, M^a pela Universidade de Coimbra, Pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS. Email: rafaelladias@leaosampaio.edu.br

animals, the main purpose of which is to amend Law 9,605 / 1998 so that animals are no longer considered movable property. Thus, the present work aims to bring a historical breviary on the construction of Animal Rights in Brazil, tracing a slight analysis of its evolution also at the international level.

Keywords: Animals. Animal rights. Legislative developments.

1 INTRODUÇÃO

Pinturas rupestres demonstram que desde a era pré-histórica, os animais convivem com os humanos (PEREIRA, 2015).

Na antiguidade, muito pouco se encontram leis que mencionem animais. Quando muito, os animais eram tratados como coisas, a exemplo do que ocorria na lei Romana. Nesse período, tudo que se pode encontrar, são reflexões no campo da filosofia. Pensava-se nesses seres como objetos, não lhes atribuindo grande valor, tendo sempre como objetivo principal o bem-estar do homem em detrimento dos animais. Sócrates, Platão e Aristóteles, estão entre os que defendiam essa linha de pensamento. Porém filósofos como Pitágoras, Plutarco e Porfírio eram vegetarianos e demonstravam benevolência para com os animais não humanos.³

Na idade moderna, assim como na idade antiga, não há registros de leis que reconhecessem os direitos dos animais. Por sua vez, expoentes como o filósofo francês Montaigne (1533 a 1592), Jeremy Bentham (1748-18), John Locke (1632-1704), Jean Jacques Rousseau (1754), demonstraram maior preocupação e dever de proteção do homem para com os animais (PEREIRA, 2015).

Por sua vez, Tom Regan, filósofo norte-americano e ativista da causa animal, trouxe uma nova abordagem, traçando uma linha não muito distante entre homens e animais (OLIVEIRA, 2004).

Todavia, os primeiros movimentos no contexto mundial em prol do reconhecimento desses direitos, como o direito a vida, a dignidade, a não exposição, a não sofrer violência e maus tratos, surgem somente com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1978. A referida declaração foi um importante avanço para adoção de medidas protetivas em favor dos animais, sobretudo para os países que fizeram parte desse encontro em Paris (SOUZA, 2014).

³ Disponível em: <<https://davidarioch.com/2018/01/11/pitagoras-o-primeiro-filosofo-grego-a-reprovar-o-consumo-de-carne-e-a-matanca-de-animais/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Já no cenário brasileiro, muito embora em 1934 fora criado o Decreto de nº 24.645, abordando o tema, somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve a inclusão em seu texto de medidas protetivas aos animais, mais precisamente em seu artigo 225, I e VII, vedando tratamento cruel para os animais.⁴

No Brasil, após evolução social quanto à concepção de animais de estimação como seres sencientes, foi publicada a lei 14.064/2020 que altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.⁵ Ainda, tramita no Congresso Nacional projeto de lei (PLC27/2018) que cria o regime jurídico especial para os animais, cujo objeto principal é alterar a Lei 9.605/1998 para que os animais não sejam mais seres considerados bens móveis.⁶

Simultaneamente a essas medidas normativas, surgem movimentos voltados para os animais de rua abandonados, em especial, cães e gatos, com ações de ONGs, em acolher animais em sofrimento. Todavia, a evolução de direitos nesse sentido ainda está resiliente, mas com avanços consideráveis.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo geral, fazer uma breve contextualização histórica da construção e reconhecimento dos direitos dos animais e tem objetivos específicos, identificar a mudança no ordenamento jurídico brasileiro, com ligeira análise sobre na arena global.

2 METODOLOGIA

Será utilizado o sistema e pesquisa bibliográfica proveniente de monografias publicadas, artigos, leis e textos da internet. Relatando como se deu o reconhecimento *dos direitos dos animais* até chegarmos aos dias atuais.

A pesquisa será qualitativa, não haverá aprofundamento em sua representatividade numérica e sim em investigação cientificamente quanto à questão do reconhecimento e evolução dos direitos dos animais no Brasil, com análise breve no campo internacional.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA SOBRE O DIREITO DOS ANIMAIS

⁴ . Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/447160/publicacao/15696060>>. Acesso em: 18 out. 2020.

⁵ . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm>. Acesso em 26/11/2020.

⁶ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167>>. Acesso em: 01 set. 2020.

3.1 ANTIGUIDADE

Resquícios arqueológicos apontam que mesmo antes do período antigo, o convívio do homem com os animais não humanos ocorre desde a pré-história, seja em sua utilização como fonte de alimento, seja na fabricação de artefatos. Começou-se a domesticação de algumas espécies. Pinturas rupestres sinalizam que o cão foi o primeiro animal a ser domesticado e que essa relação existe a cerca de 15.000 anos (PEREIRA, 2015).

Já na antiga Roma, a lei tratava os animais como seres que não pertenciam a ninguém, *res nullius*, passando a ter a posse a quem os detivesse, em contraposição as coisas que consideradas *res commune*, como as águas, que pertenciam a toda comunidade. Em 1780 a.C. O Código de Hamurabi traz menção relação: Homem x animais (PEREIRA, 2015).

Nesse período apesar da escassez de leis que citassem os animais, diversos pensadores posicionaram-se sobre o tema. Por vezes, considerados seres inferiores em decorrência da linguagem e racionalidade, em outras ocasiões eram vistos como divindades (GOMES; CHALFUN, 2010).

Pitágoras da antiga Grécia era vegetariano e defendia a abstinência de consumo da carne animal. Foi conhecido como o primeiro a criticar o consumo e a matança destes, muito embora a teoria Aristotélica que versava sobre o incentivo a essa matança, sob a justificativa de que seria em benefício de uma espécie superior – o homem foi a que predominou no ocidente. Os vegetarianos foram conhecidos como Pitagóricos em certo lapso de tempo (ARIOCH, 2018).

Pitágoras também acreditava que o homem poderia reencarnar em forma de animais não humanos e que a crueldade para com estes, poderia significar a crueldade contra o próprio homem (PEREIRA, 2015).

Aristóteles alegou que na escala natural os animais encontravam-se distantes dos humanos, por serem irracionais. Sendo assim, os animais, por não possuírem interesse próprio, existiam somente para benefício dos seres humanos. (DOVAL, 2008, p.13).

Sócrates e Platão tinham o homem como preocupação principal, para eles a vida dos animais não possuía grande valor (GOMES; CHALFUN, 2010).

Essa teoria só fortaleceu a base do antropocentrismo, que tem o homem como o centro de tudo.

3.2 IDADE MÉDIA

A visão Bíblica pregava que os animais existiam para servirem ao homem, sendo um posicionamento contrário às religiões pagãs, a exemplo do Egito, que viam a figura de variados animais a representação de Deuses. São Tomás de Aquino sustentou essa servidão, em sua *Summa Theologica*, defendendo a teoria de que apenas os animais humanos eram providos de uma alma (PEREIRA, 2015).

Uma figura marcante e conhecida por seu respeito aos animais, foi o frade da Igreja Católica, Giovanni di Pietro di Bernardone, nascido no século XII, conhecido como São Francisco de Assis, titulado mais tarde como o padroeiro dos animais. Em homenagem a sua luta é que se comemora em 04 de outubro, o Dia Mundial dos Animais (MEDEIROS, 2014).

3.3 IDADE MODERNA

No século XVII, os primeiros registros de leis na idade média em defesa dos animais que se tem notícia, eram esparsas, voltados para animais como gado utilizados na lavoura. Buscava-se combater a crueldade no tratamento destes (PEREIRA, 2015).

Pensadores franceses como Montaigne (século XVI), Leonardo Da Vinci (século XV), eram condescendentes com os animais e adotaram a alimentação vegetariana (GOMES, 2014).

Em contrapartida, René Descartes (Século XVII) alegava que os animais poderiam ser maltratados sob a justificativa de não possuírem uma alma e serem insensíveis à dor (DOVAL, 2008).

Voltaire (século XVII) afirmou que “era uma pobreza de espírito acreditar que os animais são máquinas privadas de conhecimento e sentimentos” (ALMEIDA, 2014).

O primeiro filósofo a elevar o pensamento inovador para sua época, quanto aos animais ao âmbito jurídico, foi Jean-Jacques Rousseau (século XVIII). Para ele, deveria haver o reconhecimento dos direitos dos animais. Afirmava ainda que havia semelhanças entre o homem e o animal, já que “são seres sencientes, e esta qualidade, sendo comum tanto nos homens como nos animais, deveria intitular os segundos pelo menos ao privilégio de não serem arbitrariamente maltratados pelos primeiros” (ROUSSEAU, 1754, *apud* PEREIRA, 2015, p.11).

Já no século XVIII, o filósofo inglês Jeremy Bentham, deixa seu legado e questionamento quanto o sofrimento animal: “*Talvez chegue o dia que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania*” matança (BHENTHAM, 1979, *apud* GOMES; CHALFUN, 2010, p 857). Com efeito, expressou seu mais conhecido pensamento sobre o assunto, nas referidas indagações: “*A questão não é: eles pensam? ou eles falam? Mas: eles sofrem?*” (BHENTHAM, 1979, *apud* DOVAL, 2008, p.14).

Finalmente, Bentham era contra a escravidão animal, muito embora sua teoria trouxesse um paradoxo, para ele não havia problema em seu uso e matança (CRISTOFANI, 2013).

3.4 CONTEMPORANEIDADE

No século XX, Tom Regan, filósofo norte-americano e ativista da causa animal, autor de *The Case for Animal Rights*, escreveu importante obra a respeito do assunto. Seu questionamento de fundo moral questiona a velha fórmula de injustiça: dois pesos, dois medidas, vejam:

“Regan tem em mira os preconceitos que envolvem o próprio estatuto moral da vida humana; é por isso que, no trabalho intelectual por ele empreendido, não está em jogo apenas a inclusão dos animais no âmbito da moralidade humana, através do redimensionamento das relações entre animais humanos e não humanos, mas a própria fundamentação dos direitos humanos” (OLIVEIRA, 2004, p.283).

O referido autor traz um questionamento de cunho moral, cita a incoerência humana em justificar a escravidão, a exterminação de seres humanos, questionando o especismo. “Tom Regan sustenta, portanto, que os animais têm direitos com base no argumento de que humanos têm direitos” (OLIVEIRA, 2004, p.283).

Peter Singer, filósofo australiano, contemporâneo e defensor da causa animal, publicou importante obra sobre o assunto “*Libertação Animal*”, onde contesta o especismo como algo discriminatório e segregatório. Os animais seriam seres sencientes, e, portanto, detentores de interesses. “O mero fato de serem detentores de interesses seria, entretanto, suficiente para garantir no mínimo o direito de não ser submetido a sofrimento e tratamento cruel ou degradante.” (CURY, 2011, p.165).

Toda essa argumentação filosófica se lança nos dias atuais como parâmetro a um movimento internacional voltado em defesa dos animais, uma construção ao longo da história do pensamento humano que amadurece com a positivação de leis em prol dos animais. Hoje não só filósofos, mas juristas passam a debater o assunto e diversos seguimentos da sociedade. A comunidade global como um todo, grupos não governamentais erguem-se em sua defesa. Nos debates da crise sistêmica ou não, o assunto é atual, buscando a não submissão à crueldade e a defesa do direito à vida dos animais não humanos.

4 DIREITOS DOS ANIMAIS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

4.1 EUROPA E EUA

No contexto internacional é possível verificar a criação de leis protetivas aos animais em diversos países. Na colônia inglesa da América (EUA), em 1641 foi criada a primeira lei em defesa dos animais. Vedava atos de crueldade (RAYMUNDO; GOLDIM, 2001).

Nos EUA, em tempos atuais, dentre as leis protetivas aos animais, estão, a Lei de Proibição de Uso de Pele de Focas (de 1966), a Lei de Proteção dos Mamíferos Marinhos (de 1972), a Lei de Preservação da Antártida (de 1978), Lei de Bem-estar animal de 1985. Em Nova Iorque, proibiram-se tatuagens e piercings em animais de estimação, por meio da Lei S. 6769 de 2014 (MEDEIROS, 2014).

Na Europa, há quase 2 (dois) séculos que se combate a crueldade voltada aos animais, como a elaboração em 1822 da Lei Inglesa Anticrueldade, chamada de *Martin's Act*, uma homenagem ao defensor dos animais Richard Martin (MEDEIROS, 2014).

Inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e pensando no bem-estar dos animais, em 15 de outubro de 1978, foi proclamada pela UNESCO, em Paris, a *Declaração Universal dos Direitos dos Animais*, composta por 14 artigos, assinada por diversos países, incluindo-se o Brasil. Foi importante avanço na luta em defesa dos animais, e embora seja de cunho ético-moral, sem força normativa, até os dias atuais serve como norte para formulação de leis que abordem o tema, vejamos os 3 (três) primeiros artigos:

Artigo 1º - Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.

Artigo 2º - 1. Todo animal tem o direito a ser respeitado.

2. O homem, como espécie animal, não pode exterminar os outros animais ou explorá-los, violando esse direito; tem o dever de pôr os seus conhecimentos ao serviço dos animais.
 3. Todo animal tem o direito à atenção, aos cuidados e à proteção do homem.
- Artigo 3º - 1. Nenhum animal será submetido nem a maus tratos, nem a atos cruéis.
2. Se for necessário matar um animal, ele deve ser morto instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia.

Na década de 90, o Código Civil alemão alterou o título que tratava os animais como “Coisas” para “Coisas Animais”, passando a ser tutelado por lei específica, reconhecendo que estes são providos de sentimentos e não são objetos, buscando-se uma maior proteção. Todavia, no que se diz respeito à aplicabilidade das normas, na ausência de lei específica, ainda aplicam-se as normas aplicadas às coisas (OLIVEIRA, 2007).

Na Itália, em 1913, fora criada lei neste mesmo sentido, protegendo além da crueldade, trabalho exagerado e dos maus tratos. A Suíça por sua vez, em 1978, “Ato Federal de Bem-Estar Animal”, proibiu publicações abusivas que causassem sofrimento animal (MEDEIROS, 2018).

No ano 2000, a UNESCO proclama *A Carta da Terra*, citando em seu artigo 15º, o dever da humanidade para com os animais, protegendo-os de toda crueldade, matança desnecessária e sofrimento (SOUZA, 2014).

No Reino Unido, a criação do *Animal Welfare Act*, em 2007, prevê a proteção dos animais contra a crueldade, criação de abrigos, cuidados com sua saúde. O crime de maus-tratos e abandono é passível de multa, prisão e vedação a nova adoção de animais (MIGLIORE, 2010).

Em Portugal, o Código Penal, Código de Processo Civil e o Código Civil, foram alterados por meio da lei 8/2017, reconhecendo que os seres vivos são dotados de sensibilidade, devendo-se ser objeto de proteção jurídica (MEDEIROS, 2018).

O Código Civil Francês, em 2015, reconheceu os animais como seres sencientes, passando a serem considerados sujeitos de direitos e não mais objetos (CASTRO JUNIOR, 2015).

Atualmente, embora diversos países tenham elaborado legislações protetivas direcionadas ao bem-estar animal, sua aplicabilidade na prática ainda está longe do ideal. Mas, não deixa de ser um avanço, posto que com a existência de leis, pode-se exigir sua efetivação.

Finalmente, pesquisas do *World Animal Protection*, indicam que nos países do Norte, dado seu poderio econômico, as ações de ONGs e grupos ativistas, são mais presentes, ao

passo que em países do Sul, menos desenvolvidos economicamente, essa atuação se faz pouco significativa. Destaca-se também que países da Europa ocidental, são as que mais oferecem medidas protetivas legais ao bem-estar dos animais (MEDEIROS, 2018).

4.2 ÁSIA, OCEANIA E ÁFRICA

Na Ásia, organizações de proteção animal denunciam a China e a Tailândia por sua conduta frente aos animais. Tigres são sedados para servirem de exposição ao turismo, parques aquáticos contendo leões-marinhos, baleias em tanques. A vida em cativeiro faz com que esses animais, fiquem estressados, apresentando comportamento neurótico e morte precoce. A exploração de animais em circos também é algo bastante presente na Ásia. Animais enjaulados são sujeitados a uma vida de martírio, sofrendo toda sorte de tortura e maus-tratos (MEDEIROS, 2018).

Já no continente africano, devido ao alto índice de pobreza e escassez de recursos na África, os elefantes são fortemente explorados e maltratados a fim de servirem para o turismo em passeios, isso porque são animais silvestres e passam por “treinamento cruel” além do agravante de serem retirados de seu habitat natural.⁷

Os elefantes utilizados para esses passeios são acorrentados, obrigados a trabalhar sob intenso calor, sem acompanhamento veterinário, sem instalações adequadas, são espetados, torturados, ficam por muitas das vezes sem água e comida. Existem na África cerca de 40 estabelecimentos que ofertam esses serviços e abastecem a indústria do Turismo.⁸

Ainda, nos safares da África do Sul, os filhotes de leões são afastados de suas mães precocemente a fim de satisfazerem ao turismo. Quando adultos tornam-se agressivos e são sacrificados em sua maioria. A população de leões diminuiu drasticamente nas últimas décadas.⁹

Muito embora a África do Sul possua em sua seção 2.1 do Ato de Proteção Animal, proibindo maus tratos, a atuação do governo local é ineficaz por falta de recursos. Os trabalhos de fiscalização acabam sendo realizados por inspetores das ONGs de proteção aos animais (COSTA, 2018).

⁷Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/planeta-bicho/noticia/2019/01/elefantes-estao-no-centro-de-polemicas-na-africa-e-na-asia.html>>. Acesso em: 26 nov. 2020

⁸Disponível em: <<https://www.carpemundi.com.br/atracoes-turisticas-com-animais-crueldade/>>. Acesso em:30 nov. 2020.

⁹Disponível em: <<https://www.carpemundi.com.br/atracoes-turisticas-com-animais-crueldade/>>. Acesso em:30 nov. 2020.

5 PROTEÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS NO BRASIL

5.1 PRIMEIRAS LEIS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NO BRASIL

No Brasil, registros mostram que as Ordenações do Reino e as do Império não faziam menção alguma à proteção aos animais não humanos. A primeira norma brasileira que se tem notícia a abordar o tema foi o Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886, em seu art. 220, ao impor multa aos cocheiros e condutores de carroças que agissem com crueldade com relação aos animais (LEVAI, 2012).

Lei Municipal Paulista 183, de 9 de outubro de 1895, composta de 10 artigos, proibia a crueldade contra animais, impondo aos cocheiros, cuidados para com seus animais, proibição de jogos de animais uns contra os outros, proibia também a utilização de serviço com animais doentes bem como a sangria de animais vivos e o abandono de animais. Todas essas condutas eram consideradas maus-tratos e qualquer cidadão que presenciasse, poderia denunciar a um fiscal da prefeitura e este tomaria as medidas cabíveis. A pena para quem infringisse essa lei era de multa ou 3 (três) dias de prisão e 8 (oito) dias de prisão aos reincidentes. Esta lei foi elaborada depois que o suíço Henri Ruegger, presenciou um cocheiro quebrar tijolos na cabeça de um cavalo. O fato foi relatado a um Diário local, sendo tema de artigo jornalístico e provocando discussão que mobilizou legisladores da época (LEVAI, 2012).

O Primeiro dispositivo protecionista, a nível federal que reconheceu os animais como dotados de direitos, foi o Decreto Federal nº 16.590 de 1924.¹⁰

Dez anos depois, o Presidente Getúlio Vargas, promulga o Decreto Federal 24.645 de 1934, com medidas de proteção aos animais, sendo este mais abrangente, composto por 14 artigos, prevendo além de aplicação de multa, prisão de 2 a 15 dias para quem maltratasse animais. Determinava ainda que estes deveriam ser assistidos em juízo pelo Ministério Público, por seu substituto legal e membros das Sociedades Protetoras de Animais.¹¹

O artigo 3º do decreto 24.645, elencava todas as condutas consideradas maus-tratos em seus 31 incisos, como: praticar ato de abuso ou crueldade com qualquer animal; manter

¹⁰ Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16590&ano=1924&ato=fcc0TUE1UNRpWTda7>>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/447160/publicacao/15696060>>. Acesso em: 18 out. 2020.

animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz; obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças; golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer animal; abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo que humanitariamente lhe possa prover inclusive assistência veterinária; não dar morte rápida, livre de sofrimento prolongado a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo ou não; utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, fraco, extenuado ou desferrado; açoitar, golpear ou castigar por qualquer forma a um animal caído sob o veículo, ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo do tiro para levantar-se, entre outras.

O Decreto Federal 11, de 18 de janeiro de 1991, que revogou o decreto 24.645, foi tornado sem efeito pelo Decreto 761 de 19 de fevereiro de 1993, já que o decreto 24.645/34 tem força de lei e não poderia ser revogado por um decreto e sim por lei (ORLANDI, 2019).

Segundo Dias, (2006, p.120) “a legislação brasileira classifica os animais silvestres como bem de uso comum do povo, ou seja, um bem difuso indivisível e indisponível. Já os animais domésticos são considerados pelo Código Civil, como semoventes passíveis de direitos reais.”

Todavia, de imensa importância, tramita no Congresso Nacional projeto de lei (PLC 27/2018) que visa alterar o Código Civil (Lei 10.402, de 2002) no que tange em tratar os animais como bens móveis. Por sua vez, tem por finalidade modificar a natureza jurídica dos animais a exemplo de diversos países da União Europeia, lhes assegurando maior proteção. De acordo com o texto, os animais passariam a ter natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados, não mais seriam considerados objetos e sim seres sencientes, passíveis de sofrimento e dotados de natureza emocional e biológica, vindo a acrescentar novo texto a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 1998). O projeto foi aprovado no Senado em 07/08/2020 e aguarda votação na Câmara dos Deputados.¹²

5.2 PROTEÇÃO A FAUNA

No plano nacional, a Lei 5.197 de janeiro de 1967, *Proteção a Fauna*, proibiu a caça profissional, entretanto, a caça esportiva é permitida em diversas modalidades, razão pela qual

¹² Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167>>. Acesso em: 01 set. 2020.

essa lei passou a ser chamada de “Código de Caça”, conseqüentemente, não logrou avanço em defesa dos animais (NASSARO, 2011).

Impende informar que o Brasil é signatário da Convenção sobre o Comércio Internacional da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) de 03 de março de 1973, que tratou regulamentar o comércio de animais silvestres a fim de combater o Tráfico destes. A convenção foi promulgada através do Decreto 76.623/75 e regulamentada quase 3 (três) décadas depois, por meio do Decreto 3.607 de 21 de setembro de 2000 (ALBUQUERQUE, 2014).

Posteriormente, o Decreto 97.633/89, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna, tem por finalidade estudar e propor diretrizes gerais para criação e implantação de Reservas e Áreas protegidas, Parques e Reservas de Caça e Áreas de Lazer, bem como o manejo adequado da fauna.¹³

Relativamente à caça amadora, sabe-se que essa prática continua ocorrer no Brasil, muito embora resulte na baixa de espécimes da fauna brasileira, provocando o desequilíbrio no ecossistema. Muitos animais acabam morrendo de fome por conta desse desequilíbrio. O Poder Público é quem tem o dever de controlar essa modalidade de caça.

Apesar de o Brasil ter leis bastante avançadas no que se refere proteção aos animais, 2020 se destaca com a morte de centenas de animais nas queimadas de florestas. Desde aprovação novo Código Florestal, Lei 12.651/12 (para muitos considerado um retrocesso ao meio ambiente) anistiando quem causou desmatamento ilegal e diminuindo áreas de APPs (Áreas de Preservação Permanente). O desmatamento vem avançando de forma acelerada. As queimadas causaram a morte e sofrimento para milhares de animais que perderam seu habitat natural, em especial no Pantanal e Floresta Amazônica, cenário que repercute negativamente no mundo. Isso ocorreu, não só devido a forte estiagem, mas também pela flexibilização de regras de proteção ambiental.¹⁴

5.3 O USO CIENTÍFICO DE ANIMAIS NO BRASIL E OS DIREITOS DOS ANIMAIS

Para Levai, (2012, p.180), “Dentre as práticas cruéis mais aceitas pela sociedade estão àquelas relacionadas às atividades científicas que envolvem experimentação animal ou

¹³ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/447160/publicacao/15696060>>. Acesso em: 18 out. 2020.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.sintemamt.org.br/noticias/exibir.asp?id=4171¬icia=qual-a-atuacao-do-governo-no-meio-ambiente-durante-a-pandemia>>. Acesso em : 13/10/2020.

vivisseccão”. A submissão dos animais para fins científicos causa mutilação, dor e sofrimento. Essa prática já foi abolida em diversos países como Canadá e Austrália e outros da Comunidade Europeia.

Segundo Dalben e Emmel, (2013, p.284) “apenas 25% dos relatos sobre as experiências chegam às páginas das publicações mundiais, sendo cerca de 150 milhões de animais utilizados em procedimentos científicos e industriais, provocando terríveis sofrimentos e privações”.

O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA é o órgão fiscalizador das instituições que realizam essa prática. A lei 11.794/08, conhecida como Arouca, homenagem ao deputado que deu origem ao projeto de lei, regulamentou a utilização de animais em instituições de ensino técnico e médio. Na lei anterior (lei 6.638/79 de Vivisseccão), apenas instituições de ensino superior tinham permissão para esse tipo de experimento. Experiências como estas, já foram alvo de Ação Civil Pública, buscando garantir o direito dos animais a não submissão a sofrimentos desnecessários (DALBEN; EMMEL 2013).

5.4 PROTEÇÕES AOS CETÁCEOS NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

Por um longo período em nossa história, praticou-se a caça as Baleias para fins comerciais no Brasil e no mundo. No período colonial, mais precisamente entre os séculos XVII e XVIII, estabeleceu-se um intenso comércio com o óleo extraído das baleias. O óleo era utilizado para iluminação das casas e lojas de comércio (BARRETO, 2012).

A caça às baleias persistiu no século XX. A venda e exportação da carne desses animais e do óleo extraídos de suas densas camadas de gorduras, foram exploradas principalmente nos estados do Nordeste do país, além de São Paulo e Rio de Janeiro. Houve uma significativa baixa na população desses animais, várias espécies ficaram ameaçadas de extinção outras desapareceram por completo. Na década de 80, ambientalistas e defensores da causa animal começaram um intenso movimento em sua defesa. Finalmente em 1987, foi sancionada a lei que proíbe sua caça e demais cetáceos nas águas brasileiras (BARRETO, 2012).

A proibição à caça às baleias, botos e golfinhos nas águas brasileiras foi um importante avanço no que diz respeito à defesa desses animais. Por sua vez, está

regulamentada pela lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987 e quem a infringe é passível de pena de reclusão 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.¹⁵

5.5 CRUELDADE E CRIME DE MAUS TRATOS

Embora a Constituição Federal brasileira vede a crueldade aos animais em seu art. 225, §1º, inciso VII e a Lei n. 9.605 de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais tutele direitos básicos dos animais, coibindo a prática de maus tratos em seu art. 32, a crueldade a que muitos animais são vitimados é algo que ocorre com grande frequência em nosso país.

A exemplo dessa crueldade, neste ano, o cachorro de nome Sanção da raça Pitbull, teve suas pernas decepadas a golpes de foice em Belo Horizonte/MG. O fato causou indignação e repercussão nas redes sociais.¹⁶ Em 2018, o caso do cachorro espancado brutalmente no Hipermercado Carrefour em Osasco/SP, por um segurança, foi motivo grandioso clamor em todo país. Mesmo tendo sido socorrido por uma ONG, o animal não resistiu.¹⁷

Outro ato considerado de crueldade, emanado pelo Poder Público, é eutanásia de animais sadios recolhidos pelos centros de Zoonoses das grandes cidades. Em Minas Gerais, o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública contra o município de Belo Horizonte. A eutanásia de 22.439 cães, a fim de combater a superpopulação de animais abandonados, foi realizada coletivamente e sem sedação prévia, em uma câmara de gás saturada por monóxido de carbono proveniente de motor de veículo. O Ministro Relator Humberto Martins, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, comparou o procedimento ao holocausto dos campos de concentração nazista (GOMES, 2010).

Segundo Levai, existe uma crueldade consentida em nossas leis:

Nosso sistema jurídico, permissivo de condutas cruéis, admite, aceita e muitas vezes até estimula as atrocidades cometidas pela espécie que se diz racional e inteligente. Basta abrir os olhos para a miséria das ruas ou para a perversa realidade rural, na qual animais são maltratados e explorados até o limite de suas forças. Basta ver o que acontece sob o véu dos espetáculos públicos, nas fazendas, nas arenas, nas jaulas e nos picadeiros. Basta olhar o

¹⁵ Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7643&ano=1987&ato=cc8c3Zq10MBpWT04d>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

¹⁶ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/cao-e-brutalmente-morto-no-carrefour-de-osasco/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/cachorro-tem-as-patas-decepadas-a-golpes-de-foice-por-vizinho-em-confins-1.2357345>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

drama dos animais submetidos às agruras da criação industrial, aos horrores dos matadouros e às terríveis experiências científicas, dentre outras situações em que se lhes infringem dor e sofrimento (LEVAI, 2012, p.172).

Nos dias atuais, uma grande mobilização de ativistas, defensores e simpatizantes da causa animal veem cobrando das autoridades punição e leis mais rígidas para esses crimes, bem como a criação de políticas públicas no sentido em promover castrações, recolhimento em abrigos e adoções, objetivando minimizar o problema das superpopulações de cães e gatos abandonados nas ruas de todo o país. Ações estas, com resultados positivos desenvolvidos como na Europa e Estados Unidos.

A lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, trouxe nova redação ao crime de maus-tratos, alterando o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) § 1º-A - Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.¹⁸

Para Levai (2012), a proteção aos animais envolve um grande paradoxo jurídico. Enquanto nossa Constituição Federal veda a crueldade aos animais em seu art. 225, essa crueldade ocorre de forma legitimada por nossas leis “permitindo comportamentos cruéis, a exemplo do que se vê na lei do Abate Humanitário, na lei da Vivissecção, na lei dos Zoológicos, no Código de Caça e de Pesca, na lei da Jugulação Cruenta e na lei dos Rodeios” (LEVAI, p.177, 2012).

5.5.1 Abate humanitário, Jugulação cruenta e vaquejada.

A indústria da carne é um mercado que sacrifica a vida de milhares de animais no Brasil e no mundo todos os anos e dentre as formas de abates estão a Jugulação cruenta e o abate humanitário.

A Jugulação cruenta consiste em causar morte sem que os animais recebam prévia insensibilização a fim de satisfazer de preceitos religiosos, abastecendo principalmente o mercado israelita e mulçumano, um dos mais lucrativos comércios de carne animal em nível de exportação. Os animais são amarrados de cabeça para baixo em correntes e ficam suspensos a sangrar pela jugular até seu último suspiro (LEVAI, 2012).

Esse ritual cruel e perverso é regularizado pela Lei Estadual n.º 10.470/99 do Estado de São Paulo em seu art. 1º, uma forma legitimada de subjugação dos animais à crueldade. Já

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm>. Acesso em 26/11/2020.

o abate humanitário consiste na técnica de utilização de pistola de concussão cerebral, eletro narcose e gás CO₂, como forma de insensibilização antes do animal ser sangrado.

O último método tem o respaldo da OMS- Organização Mundial da Saúde. O consumo de carne animal é criticado por uma parcela dos defensores da causa, os abolicionistas. Acredita-se que a maior parte do sofrimento animal ocorre nas fazendas (LEVAI, 2012). Como bem explana Levai (2012, p.183): “No setor do agronegócio, em solo brasileiro, diariamente milhares de animais são confinados, descornados, queimados, degolados, eletrocutados, escalpelados e retalhados para servir à indústria da carne”.

Outra prática considerada crueldade contra os animais é a vaquejada, um esporte popular do Nordeste brasileiro que teve origem com as festas de apartações onde se costumava reunir vaqueiros para buscar o gado que era criado solto na caatinga. O esporte consiste na perseguição do gado pelo vaqueiro que deve derrubá-lo, puxando-o pela calda de modo que na queda fiquem com as quatro patas para cima. Os animais são submetidos a intenso sofrimento, como medo, pânico, são estimulados por choques elétricos e sofrem traumas na calda, considerada uma extensão da coluna vertebral ou quando muitas das vezes, esta lhes é arrancada (ALEXANDRINO, 2016).

O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, impetrou a ADI 5728/DF em face da Emenda Constitucional 96/2017, que acrescentou o §7º, considerando não cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais. A referida emenda é considerada para muitos como uma “emenda jabuti”, ou seja, “fora do lugar”. Atualmente a vaquejada é regulada pela Lei n. 15.299/2013.¹⁹

A votação da ADI 5728/DF, estava prevista para novembro de 2020, porém foi excluída do Calendário de Julgamento pelo Presidente do STF.²⁰

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito aos animais é algo que desde a antiguidade foi debatido no campo da filosofia, muito embora as ideias de seus defensores não tenham prevalecido. O homem desde sempre se utiliza dos animais para os mais diversos fins, notadamente o alimentar, os subjugando a uma vida de sofrimento e escravidão.

¹⁹ Disponível em: < <http://genjuridico.com.br/2020/10/20/emenda-constitucional-96-17-vaquejada/>>. Acesso em: 29/11/2020.

²⁰ Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5208901> . >. Acesso em: 29/11/2020.

O reconhecimento desses direitos é algo recente para a humanidade e embora haja no contexto internacional, tratados e leis em sua defesa, ainda é preciso galgar um grande terreno para se conseguir resultados eficazes.

A utilização de animais para fins industriais, culturais, experiências científicas, o contrabando de animais silvestres a destruição de seu habitat natural para fins diversos é um grande e terrível holocausto animal. A ausência de Políticas Públicas em controlar a natalidade de animais de rua que vivem ao abandono de forma invisível para sociedade humana é outro grande gargalo. Esses animais passam fome, sede, frio, adoecem, fora a dureza de se viver nessas condições, muitas vezes são vítimas de maus tratos.

Embora seja notável a evolução dos direitos dos animais no Brasil e no mundo, inegável que paira grande sofrimento aos animais, seja nas fazendas, nas ruas ou nas florestas ou mesmo nos cuidados familiares, por desprezo e abandono. E por desprovimento da fala cognitiva, são vulneráveis e mesmo o mais bravio dos animais, sucumbe nas mãos de seu predador implacável, o homem.

Reconhecer os Direitos dos Animais não se trata de apenas positivá-los em leis, é algo que adentra no campo da moral e da ética. Apesar de uma significativa parcela da humanidade ter se levantado em sua defesa, para que se respeitem plenamente esses direitos, faz-se necessária uma mudança gradativa na forma antropocêntrica de que tem se comportado o homem ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M^a. F. C. de. O comércio de animais silvestres no Brasil e a Resolução Conama n. 457. **Boletim Científico Escola do Ministério Público da União**, Brasília, a. 13 – n. 42-43, p. 147-176 , 2014. Disponível em: <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n-42-43-janeiro-dezembro-2014/o-comercio-de-animais-silvestres-no-brasil-e-a-resolucao-conama-n-457>>. Acesso em: 28 out. 2020.

ALEXANDRINO, L.C. Vaquejada x direito dos animais: crueldade e cultura em contraposição. **Jus .com.br**, 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54067/vaquejada-x-direito-dos-animais-crueldade-e-cultura-em-contraposicao>>. Acesso em: 29 nov. 2020

ALMEIDA, E. H. P. Maus tratos contra animais. **Âmbito Jurídico**, 2014. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/maus-tratos-contras-animais/2014>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ARIOCH, D. Pitágoras, o primeiro filósofo grego a reprovar o consumo de carne e a matança de animais, **David Ariocho – Jornalismo Cultural**, 2018. Disponível em: <<https://davidarioch.com/2018/01/11/pitagoras-o-primeiro-filosofo-grego-a-reprovar-o-consumo-de-carne-e-a-matanca-de-animais/>>. Acesso em:

BARRETO, R.K. M. **Histórico da caça a cetáceos da superfamília Mysticeti no Brasil e no Mundo**, Dissertação (Pós Graduação Latu Sensu), Departamento de Zoologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72379>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 set.2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 27, de 2018**. Disponível em:<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133167>>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.

BRASIL. **Lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987**. Disponível em : <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7643&ano=1987&ato=cc8c3Zq10MBpWT04d>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 05 set.2020.

BRASIL. **Lei nº 7.643 de 18 de dezembro de 1987**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17643.htm. Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 01 set.2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 1.095/2019**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/09/aumento-da-pena-para-quem-maltratar-caes-e-gatos-vai-a-sancao> >. Acesso em: 20 set.2020.

BRASIL. **Lei nº 14.064/2020**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm. >. Acesso em 26/11/2020.

Brasil. **Decreto Federal nº 16.590/1924**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=16590&ano=1924&ato=fcc0TUE1UNRpWTda7>>. Acesso em: 20 set. 2020.

Brasil. **Decreto Federal nº 24.645 de 10 de julho de 1934**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/447160/publicacao/15696060>>. Acesso em: 18 out. 2020.

Brasil. **Decreto nº 97.633/1989**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97633.htm. Acesso em: 20 set. 2020

Cachorro é brutalmente morto no Carrefour de Osasco. **Catraca Livre**, 2018. Disponível em:
<<https://catracalivre.com.br/cidadania/cao-e-brutalmente-morto-no-carrefour-de-osasco/>>.
Acesso em: 25 ago. 2020.

CAETANO, Carolina. Cachorro tem as patas decepadas a golpes de foice por vizinho em Confins. **O Tempo**, 07 de jul.2020. Disponível em:
<https://www.otempo.com.br/cidades/cachorro-tem-as-patas-decepadas-a-golpes-de-foice-por-vizinho-em-confins-1.2357345>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CRISTOFANI, V.R.O conceito desastroso de bem-estar animal. **Dom Total**, 2013.
Disponível em:<<https://domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=3437>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CURY, C. M.N. Direitos dos animais: análise de teorias sob o enfoque pragmatista. **Revista Eletrônica do Curso de Direito – PUC Minas Serro**. Serro-MG, n 3, p 154-173, 2011.
Disponível em:< <http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/2001>>.
Acesso em: 27 set. 2020.

DALBEN, D. ; EMMEL, J. L. A lei Arouca e os direitos dos animais utilizados em experimentos científicos. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.4, p. 280-291, 2013. Disponível em:
< <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/944/Arquivo%2016.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2020.

_____.**Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Disponível em:
<<http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>>.
Acesso em: 05 set.2020.

DOVAL, L. Ma. **Direitos dos Animais: Uma abordagem histórico-filosófica e a percepção de bem-estar animal**. Dissertação (Graduação em Medicina Veterinária) Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em:
< <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16438>>. Acesso em: 09 de set. 2020.

Elefantes estão no centro de polêmicas na África e na Ásia. **Revista Globo Rural**, 2019.
Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Colunas/planeta-bicho/noticia/2019/01/elefantes-estao-no-centro-de-polemicas-na-africa-e-na-asia.html>>.
Acesso em: 26 nov.2020.

GOMES, N. S. C. Ética e dignidade animal: uma abordagem da constituição brasileira, da lei de crimes contra a natureza e do decreto de proteção aos animais sob a ótica da declaração universal dos direitos dos animais. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Anais – Fortaleza, CE**, p. 645 – 655, 2010. Disponível em:
< <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3375.pdf>>.
Acesso em: 01 set. 2020.

GOMES, R. Ma A; CHALFUN, M. Direito dos animais - um novo e fundamental direito. In. **XV CONGRESSO NACIONAL DO COPEDI**. v.15, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/mery_chalfun.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DE CASTRO JUNIOR, M.A. Direito dos animais e a garantia constitucional de vedação à crueldade, **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, BA, Volume 10, nº 18, p.137-175, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/13825>>. Acesso em: 08 set. 2020.

LEVAI, L.F. A luta pelos Direitos dos Animais no Brasil: passos para o futuro. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador-BA, v-7, n.10, p. 171-190, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8402>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MEDEIROS, C DE A. **Do antropocentrismo ao ecocentrismo:subjugando o dilema da (não) atributividade de direitos fundamentais aos animais em decorrência do princípio da senciência**. Dissertação (Stricto Sensu - Mestrado) Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre/RS, 2018. Disponível em: < <https://www.fmp.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-CARLA-DE-ABREU-MEDEIROS>>. Acesso em: 28 set. 2020.

Meio ambiente perde com efetivação do novo Código Florestal, diz especialista. **Rede Brasil Atual**, 2018. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/03/meio-ambiente-sai-perdedor-com-o-novo-codigo-florestal-diz-especialista/>>. Acesso em: 13/10/2020

MIGLIORE, A. D. B. Direito deles ou nosso dever? : o sofrimento animal sob a perspectiva da bioética. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador-BA, v.6, ano 5, p. 97-131, 2010. Disponível em: <<https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol6.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

NASSARO, A. L. F. A evolução do aparato normativo de proteção à fauna diante dos atos de caça no Brasil, **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon-PR, v. 15, 2011, p. 15 - 44. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/7190>>. Acesso em:15 out. 2020.

OLIVEIRA, T. P. Redefinindo o status jurídico dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, BA, v. 2, n.º3, p. 193-208, 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10363>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

OLIVEIRA, G.D. DE. A teoria dos direitos animais humanos e não humanos, de Tom Regan, **Revista Internacional de Filosofia da Moral**, Florianópolis, SC, Volume 3, nº 3, p.283-299, 2004. Disponível em: < <https://www.anpof.org/periodicos/ethic--revista-internacional-de-filosofia-moral/leitura/252/17440> >. Acesso em: 25 ago. 2020.

ORLANDI, V. T. A legislação brasileira, há décadas, considera o animal como sujeito de direitos, e não coisas. **União Internacional Protetora dos Animais**, 2019. Disponível em:

<<http://www.uipa.org.br/a-legislacao-protetiva-brasileira-ha-decadas-considera-o-animal-como-sujeito-de-direitos-e-nao-como-coisa/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Qual a atuação do governo no meio ambiente durante a pandemia. **Sintema Mato Grosso**, 2020. Disponível em:

<<http://www.sintemamt.org.br/noticias/exibir.asp?id=4171¬icia=qual-a-atuacao-do-governo-no-meio-ambiente-durante-a-pandemia> >. Acesso em :13/10/2020.

RAYMUNDO, M. M.; GOLDIM, J. R. Aspectos éticos relativos ao manejo de animais utilizados em atividades didáticas e em experimentação científica. **In Fisiologia Prática**. Organizado por Norma Possa Marroni e Rdison Capp. Canoas: Ed. Ulbra p. 9-8, 2001.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/237488104_O_USO_DE_ANIMAIS_EM_PESQUISAS_CIENTIFICAS>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOUZA, A. S. DE. Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção, **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Manaus, AM, v. 5, nº 1, p.67-104, 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/6242>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PEREIRA, R. **O Direito dos animais entre o homem e as coisas**. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, PT, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/16502/1/RitaPereira_2015.pdf>.

Acesso em: 26 set. 2020.